

***Campus* Porto Velho Zona Norte**  
**Coordenação do Curso Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica**

**ANA CLÁUDIA DAS NEVES COSTA SOUZA**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ACOLHIMENTO DE MÃES ATÍPICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA JUSTINO LUIZ RONCONI**

**ANA CLÁUDIA DAS NEVES COSTA SOUZA**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ACOLHIMENTO DE MÃES ATÍPICAS NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA  
ESCOLA JUSTINO LUIZ RONCONI**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado, junto ao Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da Professora Especialista Janaina Ramos de Lima Figueiredo.

Porto Velho/RO  
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Souza, Ana Cláudia das Neves Costa.

Relato de experiência: o acolhimento de mães atípicas na educação básica por meio de uma intervenção pedagógica na escola Justino Luiz Ronconi / Ana Cláudia das Neves Costa Souza. - Porto Velho, 2026.

22 f.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Esp. Janaina Ramos de Lima Figueiredo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica UAB) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Educação inclusiva. 2. Família e escola. 3. Mães atípicas. I. Figueiredo, Janaina Ramos de Lima (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

**ANA CLÁUDIA DAS NEVES COSTA SOUZA**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ACOLHIMENTO DE MÃES ATÍPICAS NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA  
ESCOLA JUSTINO LUIZ RONCONI**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Porto Velho Zona Norte*, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado, junto ao Curso Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da Professora Especialista Janaina Ramos de Lima Figueiredo.

Aprovado em: 11 / 05 / 2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**ANA CLAUDIA DIAS RIBEIRO**  
Data: 20/05/2026 13:51:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Membro da Banca

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**SAMUEL DOS SANTOS JUNIO**  
Data: 20/05/2026 15:58:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Membro da Banca

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**JANAINA RAMOS DE LIMA FIGUEIREDO**  
Data: 20/05/2026 16:18:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Orientadora

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ACOLHIMENTO DE MÃES ATÍPICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA JUSTINO LUIZ RONCONI**

**RESUMO:** O presente artigo tem como tema o acolhimento de mães atípicas na educação básica, a partir de uma intervenção pedagógica realizada na Escola Justino Luiz Ronconi. O estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante a ação pedagógica, desde o planejamento à execução da proposta de mediação extensionista. Visa o fortalecimento dessa base familiar no âmbito de parceria família-escola no contexto da educação inclusiva evidenciando a importância da construção de uma rede de apoio escolar voltada às mães de estudantes atípicos, as quais enfrentam, especialmente, desafios relacionados à inclusão, sobrecargas e dificuldades no acompanhamento escolar dos filhos. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva, fundamentada nos relatos de experiência. A intervenção foi desenvolvida por meio de momentos de escuta, diálogo, dinâmicas de acolhimento e compartilhamento de vivências entre a comunidade escolar e as mães participantes. Os resultados evidenciaram que esse suporte no ambiente escolar fortalece vínculos, promove inclusão, amplia a participação familiar no processo educacional e contribui significativamente para o desenvolvimento emocional e social das mães e dos estudantes. Conclui-se que a escola exerce papel fundamental na promoção de práticas inclusivas e humanizadas, sendo necessária a implementação contínua de ações de apoio às famílias atípicas no contexto educacional.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; família e escola; mães atípicas.

**ABSTRACT:** This article addresses the inclusion of mothers of children with special educational needs in basic education, based on a pedagogical intervention carried out at the Justino Luiz Ronconi School. The study aims to report on the experience gained during the pedagogical action, from planning to the execution of the extension mediation proposal. It seeks to strengthen this family base within the framework of family-school partnerships in the context of inclusive education, highlighting the importance of building a school support network for mothers of students with special educational needs, who face, in particular, challenges related to inclusion, overload, and difficulties in monitoring their children's schooling. The work is characterized as a descriptive bibliographic research, based on experience reports. The intervention was developed through moments of listening, dialogue, welcoming dynamics, and sharing of experiences between the school community and the participating mothers. The results showed that this support in the school environment strengthens bonds, promotes inclusion, expands family participation in the educational process, and contributes significantly to the emotional and social development of mothers and students. It is concluded that the school plays a fundamental role in promoting inclusive and humanized practices, and that the continuous implementation of support actions for atypical families in the educational context is necessary.

**KEYWORDS:** Inclusive education; family and school; atypical mothers.

## 1 INTRODUÇÃO

Educação inclusiva é uma modalidade que vem se consolidando nas questões inerentes às políticas educacionais brasileiras. Esse modelo assegura o direito de todos os estudantes ao acesso à escolarização em ambientes regulares de ensino, visando promover a aprendizagem, o respeito e a valorização da diversidade. Nesse contexto, a participação da família, especialmente das mães atípicas, torna-se primordial para o desenvolvimento do aluno neste processo educativo, por meio do apoio, incentivo e colaboração. Para Maria Teresa Eglér Matoan (2003) a família, especialmente a mãe, desempenha papel essencial na mediação entre a criança com deficiência e a escola, sendo portadora de conhecimentos indispensáveis para a efetivação da educação inclusiva.

A escola tem o papel de adaptar práticas e metodologias, suportes, espaços e estruturas para receber esses alunos com suas especificidades, em prol de proporcionar equidade e o desenvolvimento integral desse discente. Mas essa inclusão não se faz mediante apenas ao educando e sim a sua base familiar.

De acordo com Souza e Santos (2025) a participação familiar contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. A participação e imersão da família reflete muito no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, de modo especial, as de realidade atípica. Mães atípicas vivenciam uma rotina de sobrecarga física, psicológica, emocional, pessoal e social, em razão das demandas de cuidado e acompanhamento educacional de seus filhos.

Neste sentido, a escola possui papel relevante no acolhimento dessas famílias, promovendo ações que fortaleçam a parceria e minimizem os desafios enfrentados, possibilitando um espaço de auxílio e estímulo a continuidade. Essa temática surgiu mediante a observação da realidade escolar durante a trajetória no curso de pedagogia no IFRO (Instituto Federal de Rondônia).

Portanto, este trabalho visa responder à seguinte questão: qual é o papel da escola no apoio e acolhimento de mães atípicas de estudantes da educação básica? O estudo justifica-se pela necessidade de promover reflexões e ações sobre práticas pedagógicas inclusivas que considerem não apenas o aluno, mas também sua base familiar.

Fundamentada na necessidade de transformar a escola em um espaço que não apenas matricule, mas que acolha e ofereça suporte afetivo a quem dedica a vida ao cuidar. Mediante ao levantamento dessa temática, foi realizado um dia de ação com 5 mães atípicas na Escola Justino Luiz Ronconi, no município de Monte Negro/RO, esse grupo participou de um momento de escuta, reflexão, dinâmica e momento de autocuidado com a pele, finalizando o encontro com um café da tarde coletivo e entrega de umas lembrancinhas personalizadas a elas. Um momento de estreitar relações família-escola e promover acolhida para essas mulheres que tem um papel fundamental na vida dos filhos, incluindo o âmbito escolar.

## **2 METODOLOGIA**

O procedimento metodológico adotado neste trabalho baseia-se em um levantamento situacional de escuta pedagógica realizada no contexto da prática institucional, apresenta natureza bibliográfica, onde foram utilizados livros, artigos científicos, acervos digitais, legislações e documentos oficiais relacionados à temática inerente a educação inclusiva, acesso a documentários voltados para temática de maternidade atípica e relação família-escola.

A ação foi pautada com muito cuidado e dedicação, desde o contato com a escola para demonstrar interesse na realização dessa prática, quanto na confecção dos convites, lembrancinhas personalizadas, no preparo dos materiais utilizados, no planejamento das dinâmicas e escolha das músicas e vídeo, quanto na escuta ativa e sensível, finalizando com momento de autocuidado reforçando a importância da autoestima e bem estar dessas mulheres , seguido de um delicioso café da tarde descontraído e bem engajado.

A análise ocorreu de forma reflexiva com foco na escuta sensível, com base na valorização das experiências dessas mães, buscando compreender suas vivências, demandas e contribuições para a construção de práticas educacionais mais inclusivas e humanizadas e elucidar essa temática. Esta intervenção fundamenta-se nos princípios da educação inclusiva, compreendendo a escola como um espaço que deve garantir não apenas o acesso, mas também a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Educação inclusiva na educação básica**

A história da educação inclusiva no Brasil é marcada por uma transição gradual de modelos excludentes para uma perspectiva baseada em direitos e participação. Até meados do século XX, predominava a chamada educação especial segregada, em que pessoas com deficiência eram atendidas em instituições específicas, muitas vezes afastadas do ensino regular e da convivência social.

A partir da década de 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais e o processo de redemocratização do país, passou-se a construir uma nova compreensão da educação como direito de todos. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 tornou-se um importante marco ao garantir a educação como direito universal, estabelecendo o atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Nos anos 1990, o Brasil passou a alinhar-se às diretrizes internacionais voltadas à inclusão, como a Declaração de Salamanca, documento que defende a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns. Esse período impulsionou mudanças nas políticas públicas educacionais e na organização das instituições escolares.

Atualmente, a educação inclusiva no Brasil busca não apenas integrar os estudantes, mas transformar o ambiente escolar em um espaço mais democrático, acessível e acolhedor, promovendo práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e assegurem equidade no processo educativo. Apesar dos avanços legais e conceituais conquistados ao longo das últimas décadas, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, acessibilidade e efetivação das políticas inclusivas no cotidiano escolar.

A educação inclusiva caracteriza-se como um modelo educacional voltado à garantia do direito de todos à educação, assegurando que nenhum aluno seja excluído ou desassistido no processo de ensino e aprendizagem em decorrência de deficiência, transtornos, dificuldades de aprendizagem ou qualquer outra diferença. A legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reafirma a necessidade de adaptações pedagógicas e de práticas com abordagem inclusiva por parte das instituições de ensino, defendendo o direito de

todos os estudantes à aprendizagem em ambientes convencionais, respeitando suas necessidades e especificidades.

Nesse contexto, Paulo Freire (2017, p. 118 [1998, p. 108]) argumenta sobre a importância de aceitar e respeitar as diferenças ao afirmar que “a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”. Sua perspectiva defende a valorização das singularidades humanas no processo educativo, promovendo uma educação emancipadora, pautada no respeito às individualidades e na rejeição de práticas padronizadoras.

### **3.2 Maternidade atípica e desafios educacionais**

No mês de maio é comemorado, no Brasil, o Dia das Mães. Porém, apesar dessa homenagem, ainda existem muitos desafios relacionados ao cuidado e aos direitos das mães brasileiras. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a maioria das mulheres se torna mãe entre os 25 e 29 anos, fase em que muitas estão estudando ou buscando crescimento profissional. Com a chegada dos filhos, muitas acabam precisando deixar os estudos ou o trabalho para se dedicar à maternidade. Essa situação pode dificultar a independência financeira e aumentar os casos de vulnerabilidade entre mães e filhos. Os desafios se tornam ainda maiores quando a criança apresenta algum desenvolvimento diferente do esperado, seja em aspectos motores, cognitivos, sociais ou emocionais. Em alguns casos, essas diferenças são percebidas ainda na gestação, mas em outros o diagnóstico acontece somente ao longo dos anos. Quando a família recebe o diagnóstico de deficiência, doença rara, transtorno ou alguma condição que exige cuidados especiais, inicia-se a chamada maternidade atípica.

Com base nos achados teóricos obtidos, pode-se compreender o termo maternidade atípica como uma expressão que teve início com mães, em sua grande maioria, de crianças autistas (Carvalho e Finamori, 2022). Embora existam discussões acerca desse termo, sua utilização tem sido ampliada para outras situações que envolvem mães cujos filhos apresentam diferentes condições neurodivergentes.

A maternidade atípica refere-se às vivências de mães com filhos neurodivergentes, com algum tipo de deficiência ou transtornos do desenvolvimento, exigindo cuidado, dedicação e suportes específicos.

A rotina de cuidados com essas pessoas é intensa, incluindo terapias, acompanhamento médico frequente, adaptações escolares, administração de medicações, causando uma sobrecarga do cuidador. Na maioria das vezes, a mãe assume o papel principal de cuidadora, embora toda a família também seja afetada por essa realidade.

Essas mulheres enfrentam desafios emocionais, sociais, pessoais e até institucionais, sendo frequentemente responsabilizadas pelo acompanhamento terapêutico e escolar dos filhos. Em muitos casos, acabam renunciando ao trabalho, estudo e a vida social para dedicar-se integralmente aos cuidados desses dependentes. Essa sobrecarga e o acúmulo de responsabilidades e decisões têm provocado significativo sofrimento emocional nessas mulheres. Tais angústias, associadas ao processo denominado por Rosa e Magni (2020) como luto antecipatório, têm ocasionado tensão, desorganização das relações interpessoais e problemas de saúde física e psicológica, como transtornos de ansiedade e depressão. Além disso, muitas dessas mães enfrentam estigma, discriminação, isolamento social, fadiga e exaustão. Nesse contexto, uma rede de apoio torna-se fundamental, funcionando como suporte para orientação, autocuidado, momentos de lazer e melhoria da qualidade de vida dessas mulheres que dedicam grande parte necessitam de acolhimento, empatia e atenção. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição de socialização, pode atuar no desenvolvimento de ações de apoio e parceria voltadas à construção de projetos que contemplem essas mães de forma acolhedora, estimulante e significativa. Trabalhar o fortalecimento dessas bases contribui para a continuidade e o avanço da educação inclusiva em sua perspectiva mais ampla e humanizada.

### **3.3 A relação família-escola**

A parceria entre família e escola é de suma importância para o desenvolvimento e progresso do aluno no âmbito educativo. Para Santos e Lustosa (2019), a família deve ser acolhida pela escola, pois também faz parte do processo educacional do aluno. Quando a escola estabelece uma relação de escuta, diálogo e respeito com as mães atípicas, cria-se uma rede de apoio e suporte quanto aos procedimentos a serem adotados durante e após o laudo emitido, além da promoção

de acolhimento a essas bases familiares para continuidade dos estudantes na rede de ensino. Dessa forma, contribui-se para a construção de um ambiente mais inclusivo, acolhedor e motivador.

A família constitui o primeiro contato da criança com a socialização, sendo responsável pelos primeiros ensinamentos relacionados à comunicação, expressão e conduta, iniciando-se, assim, a fase de novas descobertas antes da vida estudantil. Diante dessa primeira etapa, torna-se necessário que a base estrutural dessas crianças esteja fortalecida física e psicologicamente, pois a dedicação, motivação e apoio familiar influenciam diretamente na continuidade da trajetória acadêmica do estudante e em suas possibilidades de êxito na vida profissional e social, mesmo diante de obstáculos, desafios e dificuldades.

Segundo Ferrarotto e Malavasi (2016), as políticas educacionais contemporâneas atribuem à família um papel cada vez mais ativo no processo escolar, reforçando a corresponsabilização entre escola e responsáveis. Estudos apontam que, embora a parceria entre família e escola seja reconhecida como fundamental, ainda persistem desafios relacionados à comunicação, à escuta das demandas familiares e ao reconhecimento dos saberes maternos (Souza, 2021). Nesse contexto, sob a perspectiva das mães, a relação com a escola é marcada por expectativas, inseguranças, frustrações e constantes tentativas de mediação.

Teixeira e Pereira (2025) evidenciam que muitas mães percebem a escola como um espaço que nem sempre acolhe suas experiências e conhecimentos sobre os filhos, o que pode gerar sentimentos de distanciamento ou conflito. A fragilidade dessa parceria entre família e escola pode contribuir para a evasão escolar dos estudantes, uma vez que muitas mães encontram dificuldades em dar continuidade ao processo educacional dos filhos por não se sentirem assistidas, não perceberem avanços e em alguns casos, notarem tratamentos incoerentes em relação aos demais alunos, intensificando, assim, as tensões existentes nessa relação.

### **3.4 A escola como espaço de acolhimento**

A escola desempenha um papel fundamental para as famílias, de modo especial para aquelas que necessitam de mais políticas públicas voltadas à sua inserção efetiva. Esse acolhimento perpassa desde a realização da matrícula até o apoio e adaptação de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento

integral da criança ou adolescente, além da orientação aos responsáveis legais e do suporte necessário para garantir a continuidade dos estudos do(a) estudante. Conforme destaca Mantoan (2003), a inclusão implica o reconhecimento das famílias como parte integrante do processo educativo, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade.

O ambiente escolar tem passado por diversas mudanças em suas estruturas, e essas reformulações também abrangem a acessibilidade, a inclusão, a implementação de novas práticas e metodologias adaptadas e ativas, bem como a criação de novas legislações. Conforme disposto pelo Ministério da Educação, a escola comum constitui o espaço legítimo de escolarização de todos os estudantes, defendendo a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, além da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A inclusão no espaço escolar é assegurada por um conjunto de mecanismos legais que regulamentam o direito à educação para todos os estudantes. A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, prevendo o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirma esse princípio ao definir a Educação Especial como modalidade transversal, enquanto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta a organização dos sistemas de ensino para a eliminação de barreiras pedagógicas, físicas e atitudinais. Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) garante o direito à educação inclusiva, proibindo a recusa de matrícula e assegurando os recursos necessários à participação plena dos estudantes no ambiente escolar.

Embora existam diversas leis, regulamentos e normativas em vigor, ainda persistem precariedades e desafios a serem superados para que a inclusão aconteça de forma efetiva, principalmente no acolhimento das famílias atípicas. Nesse contexto, a escola surge como um espaço mediador e de articulação com órgãos públicos, buscando desenvolver ações mais amplas e eficazes desde a base educacional.

Ferrarotto e Malavasi (2016) apontam que, embora as políticas educacionais enfatizem a parceria entre família e escola, sua efetivação ainda ocorre de maneira fragmentada.

Em relação à inclusão, compreende-se que ela não se limita apenas ao ato de receber os estudantes no ambiente escolar, mas envolve a preparação da escola em sua totalidade, incluindo profissionais, metodologias, práticas pedagógicas e a participação da família, visando garantir maior efetividade ao processo inclusivo.

#### **4 RELATO DA INTERVENÇÃO E REFLEXÕES PEDAGÓGICAS**

Durante o dia de intervenção, promoveu-se uma roda de conversa e de escuta sensível com as mães presentes residentes no município de Monte Negro, nas narrativas foram ponderando alguns pontos que permearam e embasaram essa pesquisa com o propósito de mensurar a satisfação e a assistência dada a essas mulheres por parte das escolas e discorrer sobre a perspectiva dos pontos de vista delas o que ainda se faz necessário para que sejam assistidas em outros âmbitos para que realmente ocorra essa inclusão. A análise fundamenta-se na correlação dos relatos das participantes em virtude do diálogo com autores da área da educação.

A ação com mães atípicas de estudantes da educação básica possibilitou a identificação de como a escola tem se posicionado referente ao apoio e ao acolhimento dessas famílias em contextos atípicos.

Os relatos de experiência revelam percepções com sentimentos de invisibilidade e sobrecarga materna no processo de inclusão escolar e vivências cercadas de pontos a serem mudados para que haja de fato essa visão mais holística e humanizada.

##### **4.1 Acolhimento institucional: Desafios e objeções**

A participação da família na vida escolar dos filhos é de suma importância para uma educação efetiva e de qualidade. Os pais devem ser incentivados a visitar a escola, em prol do acompanhamento e desenvolvimento.

A participação da família no processo de educação inclusiva é fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, pois fortalece os vínculos entre escola, aluno e comunidade escolar.” (Matsumoto e Macedo, 2012).

Após impressões colhidas durante a atividade de intervenção, evidência muitos relatos de dificuldades de políticas públicas de apoio à família e a questão de

profissionais habilitados e capacitados para mediar algumas situações no quesito cuidado e melhor forma de desenvolvimento tanto da criança no âmbito de aprendizagem quanto no âmbito de desenvolver outras habilidades cotidianas que venham a auxiliar na vida em família, social etc. Nas falas das mães participantes da intervenção, percebe-se que ainda existem desafios no fortalecimento da inclusão escolar de forma positiva. Elas relatam que a comunicação entre escola e família ocorre, em muitos momentos, voltada às questões comportamentais e às dificuldades apresentadas pelas crianças, demonstrando a importância de ampliar esse diálogo para estratégias colaborativas que favoreçam ainda mais o desenvolvimento e a participação dos estudantes no ambiente escolar, alegam ainda a necessidade de haver um reconhecimento das mães como mediadoras da inclusão escolar.

Para Glat e Pletsch, (2011) os saberes construídos pelas mães na convivência diária com seus filhos constituem conhecimentos fundamentais para o processo de inclusão escolar, pois revelam necessidades, potencialidades e estratégias de cuidado que contribuem significativamente para a prática pedagógica.

Durante os diálogos na roda de conversa, observou-se que uma queixa recorrente entre as mães é o sentimento de que o ambiente escolar ainda carece de preparo para acolher a demanda de especificidades. É notório nas falas das participantes, um conjunto de sentimentos no que refere à confirmação do diagnóstico, onde cada mãe expressa que sentiu esse momento de uma forma. Ao abordarem o momento do diagnóstico de seus filhos, o grupo de mães expressou que este é um período de forte abalo psicológico e angústia, evidenciando a urgência de apoio psicológico e redes de acolhimento desde os primeiros sinalizadores e laudos, alegam ainda a preocupação delas com o futuro de seus filhos em questão tanto familiar, educacional, quanto profissional.

Diante dos sentimentos expressados, evidenciam-se as dificuldades enfrentadas pelas mães desde os primeiros momentos da maternidade, bem como os impactos dessas experiências em suas memórias e vivências. Nesse contexto, torna-se primordial promover ações de acolhimento e apoio psicológico, visando auxiliar essas mulheres no enfrentamento de suas demandas emocionais e sociais. Nos relatos das mães também se verifica, que a rotina diária se resume aos cuidados integrais ao filho, quatro delas alegam não poder trabalhar fora ou exercer

outra atividade. A rotina de cuidados, segundo elas, é árdua, difícil e cansativa.

As participantes relataram que, em diversos momentos, sentem-se cansadas e exaustas, chegando a questionarem-se sobre suas capacidades de lidarem com as demandas do cotidiano. Também mencionaram o desejo de trabalhar, porém demonstram inseguranças em deixar os filhos sob os cuidados de outras pessoas. Apesar das dificuldades enfrentadas, afirmam que, ao olhar para os filhos, sentem suas forças se renovarem, percebendo a importância da presença e dedicação integral junto às crianças.

Esses depoimentos retratam como é uma rotina real dessas mães e quanta sobrecarga recai sobre elas, até mesmo de cobranças internas. Na realidade é uma mudança de vida em vários sentidos, no âmbito pessoal, profissional, social, afetivas, a estrutura da casa, as finanças, a logística, os lazeres os sonhos tudo sofre modificações em decorrência dos cuidados com o filho.

A sobrecarga relatada no encontro revela a abdicação do autocuidado. As participantes compartilharam que atividades básicas de bem-estar pessoal, como cuidados estéticos ou de lazer, são frequentemente suprimidas pela intensa rotina de cuidados com os filhos.

Diante disso, Núñez (2007) afirma que a mãe dedica todo seu tempo e sua energia para cuidar do filho, sacrificando-se enquanto mulher e esposa. Fica a reflexão, quando é que tiram um tempo para elas se reconectarem, repor as energias, reestabelecer suas forças, se reconfigurarem e reconhecer como mulher, se cuidarem? Reforça que elas precisam estar bem para continuar a jornada e apoiar seus filhos na trajetória, incluindo as escolares.

Às vezes a rede de apoio pode vir de ambientes formativos, como a escola, lugar de estreitar laços com a família, entender a razão e dificuldades das demandas e promover uma mediação, seja ela por meios de intervenções pedagógicas ou de cunho informativo de direcionamento.

Conforme Schmidt e Bosa (2007), as escolas para educação especial exercem funções importantes não apenas para a criança, mas também para as mães. Esses locais atuam como redes de apoio, auxiliando os pais seja por meio de informação e orientação seja com atendimento psicológico individual ou em grupos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) constatou que aproximadamente 18,6 milhões de pessoas com dois anos de idade ou mais têm

deficiência no Brasil. Embora as capacidades funcionais e emocionais das pessoas com deficiência mudem com o passar dos anos, estudos revelam que a maioria continua precisando de algum grau de apoio ao longo da vida. Em relação ao âmbito escolar, segundo Censo do IBGE pessoas com deficiência têm menor acesso à Educação.

Em 2022, aproximadamente, 1,6 milhão de pessoas de 6 anos ou mais de idade com deficiência frequentavam escola nos mais diversos níveis de ensino. As taxas de escolarização (proporção de estudantes em determinada faixa etária) entre as crianças de 6 a 14 anos eram de 98,4% entre pessoas sem deficiência e de 92,6% entre aquelas com deficiência. No entanto, a partir dos 15 anos, observa-se uma queda na frequência escolar, especialmente entre pessoas com deficiência. Na faixa de 15 a 17 anos, 85,5% das pessoas sem deficiência estavam na escola, frente a 79,4% das com deficiência.

No ano de 2022, entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade com deficiência, 2,9 milhões eram analfabetas. Isso corresponde a uma taxa de analfabetismo de 21,3%, ou quatro vezes a taxa de analfabetismo das pessoas sem deficiência (5,2%). Esses dados refletem a árdua rotina de manter a educação dos filhos neurodivergentes em uma sociedade com escassez de políticas públicas e rede de apoio para as bases familiares. Embora exista esse déficit, mediante a levantamento de pautas, discussões e promoção de maior visibilidade a essa temática de inclusão estão começando a surgir algumas mudanças nesse cenário.

O estado de Minas Gerais inovou ao publicar a Lei nº 24.443, de 18/09/2023 que instituiu a terceira semana do mês de maio como a “Semana Estadual da Maternidade Atípica”. Em âmbito nacional tramita atualmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal o Projeto de Lei nº 561, de 2024 que tem por objetivo a criação da semana nacional da maternidade atípica.

As referidas normativas têm por objetivo reconhecer a importância e os desafios da maternidade atípica, promovendo a conscientização e o debate sobre as dificuldades vividas por essas mães no dia a dia e o apoio que necessitam.

Visa promover a inclusão social das mães, tratando da importância do desenvolvimento de ações de promoção da saúde mental e psicológica e a atenção às necessidades específicas de seus filhos, além de estimular a conscientização da

sociedade sobre as dificuldades e necessidades das pessoas que cuidam de filhos com deficiência e famílias atípicas; o incentivo à divulgação de informações e criação de políticas públicas sobre essas necessidades e o desenvolvimento de ações de combate à discriminação de famílias atípicas.

A Lei Estadual 24.443/2023 compreendeu a maternidade atípica no bojo de um conceito mais amplo definido por "famílias atípicas" na qual podem estar inseridas pessoas que cuidam de filhos com deficiência, incluindo as mães atípicas e outros familiares.

Estudos indicam que existe uma probabilidade maior de divórcio entre pais que possuem filhos com deficiência. Diante disso, muitas mães atípicas se tornam mãe solo, que se dividem entre os cuidados com os filhos, com o trabalho doméstico e/ou fora de casa, sentindo os efeitos negativos da sobrecarga e da invisibilidade.

Um exemplo a citar é o caso das mães atípicas que cuidam de filhos com Transtorno do Espectro do Autismo-TEA. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE indicam que a maternidade atípica é chefiada por 86% de mães de filhos com TEA. De forma global, são 11 milhões de mulheres mães solas, sendo que 64% delas estão abaixo da linha de pobreza.

Mediante aos dados evidência a complexidade dessa temática e o quanto é relevante dar essa visibilidade a essas mães atípicas no contexto social, de possibilitar discussões e fomentar debates inerentes essa temática de inclusão no âmbito acadêmico e possibilitar práticas pedagógicas e estratégias que sejam amparo humanizado a essas mães cuja realidade é extremamente exaustiva e sobrecarregada.

#### **4.2 Propostas de intervenção para as mães atípicas**

Realizei minha intervenção no dia 24/04/2026 no espaço da própria escola. Convidei uma profissional da área da estética Tatiane Nascimento, que prontamente atendeu ao convite e imergiu nessa dinâmica, sua parceria trouxe para as mães um dia de cuidados com a pele “Spa Facial”, trabalhando a questão da autoestima dessas mães.

Elaborei os convites, material impresso com desenho de buquê, mensagem temática e motivacional, e chocolates em seu interior. Montei um kit com um mini sabonete, potes de cremes hidratantes, uma escovinha de sobrancelhas e amostras

em sachê de hidratante e protetor solar, parte dos itens doados pela esteticista Tatiane, tudo em um embrulho bem decorado com um laço rosa. Escolhi o mês de abril por ser alusivo a essa questão de inclusão e por ser data próxima ao dia das mães. Embora seja um número pequeno de participantes no dia, a demanda da escola até o dado momento é significativa.

A escola Justino Luiz Ronconi atualmente conta com 18 alunos entre 7 a 16 anos de idade, atendidos na sala de recurso multifuncional neste ano de 2026, sendo seis destes ainda sob análise de investigação e os demais já laudados. A escola tem uma demanda de atendimento a diversas condições desses estudantes, sendo elas: Síndrome de Downs, autismo, transtorno específico de aprendizado dislexia e disortografia, deficiência intelectual, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), atraso cognitivo leve, transtorno do desenvolvimento de linguagem, distúrbio comportamental e de aprendizagem. A ação realizada na escola contou com 5 mães atípicas de 32 a 42 anos de idade com diferentes graus de escolaridade sendo do ensino fundamental incompleto ao superior completo, somente uma delas possui apenas um filho as demais em torno de 2 e 3 filhos, ambas com estado civil casada, ou seja, contam com auxílio do cônjuge, uma realidade diferente dos casos, no que tange ao cenário das projeções pesquisadas, apontando um alto índice dessa maternidade atípica ocorrer com maternidade solo. Por sua vez, os maridos contribuem principalmente com o apoio econômico, devido as mulheres renunciarem a sua carreira profissional em prol desse propósito com os filhos. De acordo com Núñez (2007), enquanto a mulher fica em casa para cuidar do filho, cabe ao marido trabalhar fora e se encarregar do sustento financeiro. Ainda, segundo Núñez (2007), a relação entre irmãos é um importante recurso de socialização, pois possibilita trocas e interação. A questão de mais irmãos pode contribuir no contexto de socialização e promover desenvolvimento também mediante a inserção social.

## **5 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E REFLEXÕES TEÓRICAS**

Devido ter tido um outro evento pela manhã na escola no mesmo dia, e por algumas mães que infelizmente por motivos maiores não puderam comparecer, a participação na intervenção foi limitada. Entretanto, os presentes desfrutaram de um momento agradável, descontraído com dinâmica, roda de conversa, dicas de

autocuidado simples para aderirem em seu dia a dia, além de um delicioso café da tarde coletivo. Quando distribuídos os chocolates com mensagens motivacionais, surgiu um momento reflexivo adicional, ao lerem em voz alta a mensagem algumas mães se emocionaram e vieram abraçar.

Os resultados observados a partir do presente trabalho foram:

- Participação Limitada: Somente 5 mães conseguiram comparecer.
- Experiência Positiva: A direção da escola informou que as mães deram um retorno positivo quanto ao encontro, pediram para que fosse implementado e praticado mais vezes e que englobasse ainda mais mães.
- Impacto Emocional: relataram um apoio individual significativo, saíram muito gratas, pelas lembrancinhas personalizadas e dispostas a se olharem diferente dali pra frente.
- Fortalecimento do vínculo de parceria família-escola: Acredito que a escola a partir dessa iniciativa teve uma nova perspectiva quanto ao acolhimento dessas famílias. A responsável pelo AEE, disse que essa intervenção lhe despertou novas ideias e que com certeza ela irá levar adiante o projeto, ao menos 3 vezes ao ano.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa evidenciou que a escola, não se trata apenas de um espaço educativo, mas também de socialização, desempenhando um papel fundamental no apoio e acolhimento de mães atípicas, sendo corresponsável pelo processo de inclusão educacional. As práticas baseadas no diálogo, na empatia, no desenvolvimento de atividades e projetos voltados para lazer, descontração, autocuidado e suporte nesse processo contribuem para o fortalecimento dessas famílias e para a motivação de persistência e permanência.

Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva exige uma postura institucional comprometida não apenas com o aluno, mas também com sua família, reconhecendo as mães atípicas como parceiras no processo educativo. Para haver o fortalecimento dessa parceria família-escola, são necessárias Políticas Públicas voltadas para projetos terapêuticos com as mães também, com rede de apoio de profissionais para promover cuidados, suporte jurídico para amparar quanto às orientações legais de que possam precisar no decorrer dessa nova trajetória, além

da formação de profissionais nas escolas, preparando-os para atender essas demandas de forma colaborativa.

Também se faz necessária uma ação frequente e não apenas esporádica, garantindo suporte constante de escuta ativa e acompanhamento tanto da criança, no quesito desenvolvimento e aprendizagem, quanto da família, no apoio emocional e prático, com o objetivo de promover qualidade de vida e bem-estar a todos os envolvidos e tornar mais leves essas vivências marcadas por percalços e incertezas.

Essa experiência contribuiu significativamente para minha formação enquanto licenciada em pedagogia, pois essa imersão no contexto da inclusão, de forma mais holística no âmbito escolar, proporcionou um novo olhar para minha carreira como profissional da educação, refletindo sobre metodologias e estratégias a serem adotadas em minhas práticas pedagógicas para colaborar com a efetividade dessa inclusão na prática atuante de fato.

É de suma importância a continuidade de projetos como este, buscando meios para atender essas demandas diversificadas presentes nos ambientes escolares, de forma a promover o fortalecimento da parceria família-escola e fomentar alternativas que viabilizem o acolhimento e a rede de apoio de maneira mais humanizada.

Essa passagem pela escola, por meio dessa intervenção, acredito que deixou um marco representativo, pois a instituição demonstrou comprometimento em levar essa ideia adiante e adotar ações como está em seu calendário escolar, a fim de atender essas demandas agora sob uma nova perspectiva.

## REFERÊNCIAS

Agência de notícias IBGE. **Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 10 de maio 2026.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 de maio de 2026. Acesso em: 10 de maio de 2026.

Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

CARVALHO, Bianca Retes; FINAMORI, Sabrina Deise. As temporalidades do cuidado: autismo, parentesco e pandemia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 64, p. 173-199, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/d3cQCz9SVPxpqfHL647Qkxc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de maio de 2026.

FERRAROTTO, Luana; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist. A relação família-escola como alvo das atuais políticas públicas educacionais: uma discussão necessária. **Educação: Teoria e Prática**. v. 26, n. 52, p. 232-246, 2016. DOI: 10.18675/1981-8106.vol26.n52.p232-246. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/download/9635/7665/62298>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

IBGE - **Pesquisa Nacional de Amostras por domicílio** - PNAD Contínua. 2022. Disponível em: Apresentação - Pnad Contínua - Pessoas com Deficiência 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2026.

KINTOPÉ, Larissa Oro; BORGES, Raphaela de Souza. **Empoderando mães atípicas: um estudo de campo sobre a importância da autoestima na maternidade atípica**. Curitiba: Faculdade Unicesumar de Curitiba; Maringá: Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, [s.d.]. DOI: 10.17349/jmcv6n18-002. Disponível em: <https://journalmediacritiques.com/index.php/jmc/article/view/28>. Acesso em: 14 de maio de 2026.

**Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 de maio de 2026.

**Lei nº 24.443**, de 18/09/2023. Institui a Semana Estadual da Maternidade Atípica. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24443/2023/>. Acesso em 13 de maio de 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér Mantoan. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria->

Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em: 06 de mar. de 2026.

MATSUMOTO, André Suehiro; MACEDO, Adriane Roberta Ribeiro de. A importância da família no processo de inclusão. **Interfaces da Educação**, v. 3, n. 9, p. 5-15, 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/546>. Acesso em: 13 maio 2026.

NÚÑES, B. A. **Familia y discapacidad: de la vida cotidiana a la teoria**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/415031616/Nunez-Familia-y-Discapacidad-4>. Acesso em: 26 de abr. de 2026.

**Projeto de Lei nº 561**, de 2024. Semana Nacional da Maternidade Atípica. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9691977&ts=1720622466767&disposition=inline> >. Acesso em: 10 de maio de 2026.

ROSA, Ana Lidia Emerick; MAGNI, Cristina. **Mulheres cuidadoras e suas vivências para com a finitude da vida de um familiar**. In: KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari (org.). **Gênero & Interdisciplinaridade**. 1. ed. São José: Sobre o Tempo, 2020.

SANTOS, Elaine Oliveira; LUSTOSA, Elisa Maciel Ferreira. O acolhimento da família na educação especial e o papel do psicopedagogo. **Caderno Intersaberes**, 2019. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1388/1146>. Acesso em 14 de maio de 2026.

SCHMIDT, Carlos; BOSA, Cleonice. Estresse e auto-eficácia em mães de pessoas com autismo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n. 2, p. 179-191, 2007. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672007000200008](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672007000200008). Acesso em: 10 de maio de 2026.

SOUZA, Saimo Ferreira de; SANTOS, Alex Batista. O papel da família na educação inclusiva: uma perspectiva crucial. **Maiêutica - Inclusiva**, v. 6, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17880510>. Disponível em: <https://revistas.uniasselvi.com.br/index.php/ICS/article/view/4064/1149>. Acesso em: 14 de maio de 2026.

SOUZA, Sirleine Brandão de. A relação família-escola e a Educação Especial: alguns apontamentos. **Educar em Revista**, 2021. DOI: 10.1590/1984-0411.96110. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/SgnsNRFYdhP3YY8SLnBHxdf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de maio de 2026.

TEIXEIRA, Rosiley Aparecida; PEREIRA, Fábio José. Relação escola-família: um outro olhar. **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 301-313, 2025. UNINOVE, 2025. DOI: 10.5585/2025.29811. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/29811>. Acesso em: 14 de maio de 2026.